

Relações entre sociolinguística e história cultural: norma heterogênea e representação social na imprensa oitocentista catarinense

Relations between historical sociolinguistics and cultural history: heterogeneous norm and social representation in the nineteenth-century press of Santa Catarina

Suzane Cardoso Gonçalves MADRUGA 

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil
suzane.madruga@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe uma articulação entre a Sociolinguística Histórica, partindo das contribuições teóricas de Eugenio Coseriu e de Conde Silvestre, e a História Cultural, com base nas abordagens de Peter Burke, Michel de Certeau e Jacques Le Goff, com o objetivo de promover uma análise interdisciplinar entre os fundamentos da Sociolinguística e as teorias de análise histórica. Para isso, serão movimentados dois textos publicados em jornais catarinenses no final do século XIX. Almeja-se problematizar a questão de como os textos fazem referência aos usos linguísticos da população afrodescendente da cidade. Para isso, busca-se realizar uma discussão acerca de formas comumente adotadas pela comunidade linguística desterrense em textos publicados na seção “A Pedidos”, presentes dos jornais *O Constitucional* e *Matraca*. A articulação entre a Sociolinguística e a História Cultural pode ser elaborada a partir das formas presentes nos textos e dos aspectos da memória social e linguística das comunidades representadas. A compreensão desses processos pode ser realizada a partir dos conceitos de tradição e norma heterogênea, do linguista romeno Eugenio Coseriu, ao discutir-se a representação dos usos da população afrodescendente colocada em uma posição de coexistência em relação à norma hegemônica. Diante disso, propõe-se uma análise interdisciplinar a respeito dos textos mencionados, questionando fontes e observando ocorrências de práticas linguísticas desprestigiadas para o padrão da época e suas representações em textos publicados em fontes ainda pouco exploradas, compreendendo que abordagens teóricas típicas da História Cultural são extremamente valiosas para enriquecer a análise sociolinguística de textos de sincronias passadas.

Palavras-chave: sociolinguística histórica; história cultural; jornais catarinenses; Eugenio Coseriu; norma.

Abstract: This article proposes a theoretical articulation between Historical Sociolinguistics, drawing upon the conceptual contributions of Eugenio Coseriu and Conde Silvestre, and Cultural History, based on the frameworks of Peter Burke, Michel de Certeau, and Jacques Le Goff. The objective is to foster an interdisciplinary analysis between the foundations of Sociolinguistics and theories of historical analysis. To this end, two texts published in newspapers from Santa Catarina in the late 19th century will be examined. The study aims to problematize how these texts reference the linguistic usages of the local Afro-descendant population. Consequently, it seeks to discuss the forms commonly adopted by the linguistic community of Desterro within texts published in the “*A Pedidos*” section of the newspapers *O Constitucional* and *Matraca*. The intersection between Sociolinguistics and Cultural History is elaborated through the linguistic forms present in the texts and the aspects of social and linguistic memory of the represented communities. The comprehension of these processes is framed by the concepts of tradition and heterogeneous norm, as formulated by the Romanian linguist Eugenio Coseriu, particularly in discussing the representation of Afro-descendant linguistic practices situated in a state of coexistence with the hegemonic norm. Therefore, this study proposes an interdisciplinary analysis of the aforementioned texts, questioning the sources and observing occurrences of linguistic practices stigmatized by the standards of the period. By analyzing these representations in under-explored primary sources, this work asserts that theoretical approaches typical of Cultural History are invaluable for enriching the sociolinguistic analysis of past synchronies.

Keywords: historical sociolinguistics; cultural history; newspapers; Eugenio Coseriu; standard language.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem sobre a norma nos estudos linguísticos muitas vezes volta-se para sua aplicação apenas no ambiente escolar, com as definições já bem acentuadas e estabelecidas em outros estudos, como, por exemplo, os realizados por Faraco e Zilles (2017), ou mesmo no âmbito institucional acerca do caráter normativo de documentos legisladores (Pagotto, 1998, 2011 e 2013). No entanto, no domínio dos estudos normativos, há outras possibilidades de análise ainda pouco exploradas, principalmente as que analisam a norma em uma perspectiva heterogênea. Neste sentido, a proposta aqui apresentada é realizar uma articulação entre os estudos do linguista romeno Eugenio Coseriu, a respeito de uma norma de caráter

heterogêneo, e as propostas teóricas adotadas pelo linguista espanhol Juan Camilo Conde Silvestre, a respeito de *normas standard*, numa perspectiva da Sociolinguística Histórica. Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008) expõe a necessidade de valorizar teorias linguísticas que “buscam a compreensão do fenômeno da linguagem humana tanto na sua face biopsíquica quanto na sócio-histórica” (p. 25), uma vez que uma abordagem com vinculações teóricas pode dar conta do “que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas” (p. 9). Desse modo, a proposta de Mattos e Silva (2008) abre caminho para que a “[...] descrição e a história da língua situam-se, ambas, no nível histórico da linguagem [...]” (Coseriu, 1979, p. 236)

Além disso, leva-se em consideração as contribuições de conceitos estabelecidos no âmbito da História Cultural ao tratar do processo de representação, bem como do estabelecimento de táticas e estratégias em processos discursivos. Para isso, é possível contemplar a História como processo não apenas descritivo, mas teórico e metodológico, conforme as noções históricas robustas apresentadas pelo historiador inglês Peter Burke, bem como o aparato metodológico do historiador e medievalista francês Jacques Le Goff.

Está plenamente embasado em diversas pesquisas ao longo de, pelo menos, seis décadas no Brasil, que a variação linguística é um fato, bem como a mudança linguística enquanto realidade incontestável. Mesmo assim, um dos aspectos do processo de mudança parece receber pouca atenção acerca de sua constituição e adoção no uso da língua pelos falantes. Faraco (2016, p. 363) explora essa questão ao dizer que, apesar de, no Brasil, existirem levantamentos importantes no que concerne à sua “[...] complexa realidade dialetológica e sociolinguística [...]”, ainda não foi possível “[...] reconhecer adequadamente seu rosto linguístico e reconfigurar suas referências normativas, abandonando o artificialismo criado no século XIX.” Portanto, compreende-se a necessidade de uma expansão das investigações que se dediquem ao estudo da norma no âmbito da sociolinguística e da linguística histórica, sendo ela também histórica, e, por sua vez, também passível de mudança. Conforme a reflexão proposta por Coseriu ([1987] 2019, p. 130), “[...] la historicidad de lo correcto, es decir, que lo

correcto cambia con el desarrollo histórico de la lengua y no puede hablarse de una corrección permanente [...]”.

A apresentação das questões aqui propostas contempla como fontes de análise jornais publicados em Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Enquanto província, as terras catarinenses contavam com um vasto material escrito em circulação, muitos desses materiais foram produzidos por grupos variados ao longo do século XIX. Isso porque Santa Catarina é formada por uma imensa gama de grupos étnicos, dentre eles, cabe destacar a presença massiva de afrodescendentes que, ou foram escravizados e levados para Desterro, ou se estabeleceram no local após obterem a alforria. Por um bom tempo, a história oficial tratou de esconder a presença desse grupo responsável pela diversidade social e linguística na região.

A respeito do processo de invisibilização, a “presença de africanos e descendentes na memória histórica não é prerrogativa de Santa Catarina” (Mamigonian; Vidal, 2013, p. 11), cabe aos pesquisadores de agora se atentarem para essa presença e fazer dela objeto de estudo e meio de compreensão do passado fazendo uso dos recortes que os documentos históricos deixaram ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de admitir a presença de africanos e afrodescendentes representada em textos jornalísticos. Tais textos permaneceram ecoando como pontos de estudos necessários, mostrando-se extremamente úteis tanto no âmbito da História como para os estudos sociolinguísticos. Em sua relação com o aparato teórico linguístico, os textos selecionados apresentam elementos que chamam a atenção pela exposição de certa coexistência de possíveis normas distintas do uso exemplar da língua, gerando uma sensação de incompatibilidade com relação a um uso hegemônico de uma norma específica, conforme o critério de exemplaridade de Eugenio Coseriu (2002).

Ao adotar-se uma abordagem efetivamente interdisciplinar, analisa-se a materialidade da imprensa periódica em Santa Catarina no final do século XIX, ao registrar (ainda que de maneira mediada ou paródica) as formas linguísticas empregadas no discurso de africanos ou afrodescendentes, não necessariamente escravizados, uma vez que não consta essa informação no material disponível para análise. De acordo com o censo realizado em 1872, é possível ter uma perspectiva da formação da

população desterrense, totalizando 25.709 habitantes. Destes, 2.940 ainda viviam em regime de escravidão e, entre as pessoas de origem africana, livres e libertos, havia 3.477 pessoas, ou seja, um número que superava o de escravizados. Pretos e pardos correspondiam, portanto, a aproximadamente 25% de toda a população de Desterro (Mamigonian; Vidal. 2013, p. 199). A partir disso, objetiva-se a análise de certa representação em textos veiculados em tempos diferentes e conteúdos direcionados a públicos diversos. Eis porque os textos “Moleque” e “Zegradecimento” são exemplos de veiculação de uma língua que foge à norma padrão. Essas produções revelam a existência de um espaço discursivo cujas tensões acabaram não tendo o devido lugar nas discussões históricas e linguísticas ao longo do tempo. Tal discussão tem se mostrado possível em conformidade com um trabalho historiográfico mais recente, no qual os pesquisadores buscam estudar “uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências” (Burke, 2011, p.14), ou seja, materiais que vão além dos discursos e documentos oficiais. Seções como “Variedades”, “Correspondências”, “A Pedidos” e colunas voltadas a textos críticos e satíricos afastam-se do discurso oficial, vinculado ao estabelecimento do poder político. Esses textos permitem a observação da expressão de certa realidade no que diz respeito ao contexto desterrense, demonstrando, assim, uma pluralidade de vozes muitas vezes em dissonância com textos oficiais, como falas do Presidente da Província e relatórios da Assembleia Provincial.

O objetivo, portanto, é abordar esse material para realizar uma análise histórica, concebendo os processos de memória e a análise dos resquícios de vozes discursivas por ora esquecidas. Como suporte teórico-metodológico, tomam-se as lentes oferecidas pela História Cultural como as elaboradas por Roger Chartier, quando aborda os processos de representação, além dos conceitos de táticas e estratégias propostos por Michel de Certeau. São abordagens ancoradas numa concepção que considera a intencionalidade das produções, conforme estabelece Jacques Le Goff, permitindo uma elaboração das produções jornalísticas de acordo com um período da história do Brasil em que a escravidão era uma realidade e suas representações eram passíveis de silenciamento e distorções.

Com base nessas articulações, pretende-se conduzir o olhar para possibilidades de análise das fontes percebendo essas produções como espaços em que se pode encontrar a reprodução de falas mais ou menos espontâneas e registros de uma ou mais normas não padrão que acabam sendo estigmatizadas. Mais adiante serão detalhados os procedimentos metodológicos para a escolha dos dois textos selecionados e o estabelecimento das relações entre os conceitos da Sociolinguística Histórica e da História Cultural.

2 A NORMA NUMA PERSPECTIVA COSERIANA

Ao propor um movimento de trazer a norma como foco de análise, estabelecendo a sua possível e necessária relação com as pesquisas que tomam como perspectiva a Sociolinguística Histórica, faz-se oportuno compreender algumas das propostas de Eugenio Coseriu acerca da norma. Para isso, o estudo de alguns de seus textos mostra-se relevante. Cita-se, por exemplo, o famoso ensaio “Sistema, Norma e Fala” (1987) e a compilação de suas aulas, ministradas em um curso realizado em 1987, na Pontificia Universidad Católica de Chile, e publicado em 2019 com o título *Competencia lingüística y criterios de corrección*. Os escritos coserianos podem ampliar de forma coerente os estudos sobre a norma, mais especificamente no âmbito dos estudos linguísticos brasileiros, levando-se em conta que as discussões acerca de uma norma heterogênea já fazem parte da realidade de pesquisas realizadas por pesquisadores da América Latina e Europa que se dedicam ao estudo do Espanhol. Ou seja, o que se pretende é ampliar os horizontes teóricos para a compreensão da língua portuguesa como uma língua histórica, efetivamente, desbravando o seu caráter normativo sem uma fixação política apenas, mas observando-a, mais claramente, no âmbito e no contexto social em que determinado uso é adotado como padrão, ou como concebe o próprio Coseriu, o uso considerado exemplar. Assim, ao discutir, por meio deste artigo, as correlações entre norma e heterogeneidade, torna-se possível abrir caminho para uma reflexão conceitual e teórica, com a finalidade de contribuir para a o estudo e o aprofundamento dos estudos acerca da norma no Brasil.

Concebendo que Coseriu segue sendo pouco estudado no Brasil em comparação a outros teóricos da linguagem, mesmo com uma “intensa

atividade intelectual ao longo de mais de meio século” (Marra, 2023, s.p.), retomamos o artigo de Daniel Marra sobre os estudos coserianos ao tratar dos níveis da linguagem. O autor esclarece que é seu objetivo tratar das ideias de Coseriu abordando os “três níveis de estruturação do saber linguístico: o nível universal (saber elocutivo), o histórico (saber idiomático) e o individual (saber expressivo). (Marra, 2023, s.p.).

Compreender a proposta do linguista romeno de forma mais aprofundada, menos taxativa de uma equivocada postura simplesmente estruturalista do autor nos permite observar o quanto os conceitos por ele elaborados podem ser úteis aos estudos sobre mudança linguística, no âmbito da Sociolinguística Histórica, por exemplo. Sobre as pesquisas, cujo marco se dá com a publicação como o de Suzanne Romaine (1982), bem como as importantes contribuições de Juan Camilo Conde Silvestre (2007), cabe ressaltar como mostram a vitalidade de uma perspectiva que leve em conta a língua em movimento, não estática, como é, por vezes, considerado o aspecto normativo em estudos históricos. Entende-se que “a realidade da linguagem é movimento (isto é, que a linguagem é atividade, é ‘perpétua criação’) e que, portanto, todo sistema sincrônico que se baseia num equilíbrio instável é necessariamente uma abstração.” (Coseriu, 1987, p. 16). Portanto, a adoção dos estudos coserianos aborda a questão normativa de um ponto de vista mais objetivo e racional, e menos direcionado a emoções simplistas, compreendendo um estudo acerca da norma pouco comum nos estudos linguísticos, uma vez que a “herança de Coseriu para os estudos do texto é muito rica, e impressiona pela lógica e pela profundidade das ideias, mas muitas ainda carecem de desenvolvimento.” (Pinheiro, 2018, s.p.).

Com o objetivo de colocar luz sobre a complexidade das reflexões coserianas, cabe ressaltar as referências, em seus textos, a diversos linguistas e, especialmente a filósofos, cujas contribuições são oportunas a quem se propõe compreender determinados pontos de partida da análise linguística empreendida. Um exemplo é a defesa de Coseriu sobre a língua ser atividade, não produto, partindo da ideia de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), que compreendia a linguagem não como um sistema estático de signos, mas uma *Energeia*, ou seja, uma atividade incessante do espírito. Desse modo, o entendimento de língua como atividade e não como produto é fundamental para a concepção coseriana e sua proposta de uma

linguística que leva em consideração não apenas o sistema, como objeto de estudo fechado, como ocorre numa perspectiva saussuriana, mas como em relação com a fala, o uso da língua, e as normas estabelecidas próprias da heterogeneidade de quem faz uso do sistema, adotando padrões e concebendo as mudanças estudadas e percebidas ao longo do tempo.

2.1 Norma heterogênea e Sociolinguística Histórica

Na busca por compreender e refletir a respeito da concepção coseriana acerca da língua e da norma, enquanto parte da língua em constante mudança, é possível encontrar em dois de seus trabalhos as devidas proposições a respeito da heterogeneidade presente na norma, sendo esta mesma norma componente da esfera cultural e social de determinada comunidade. Desse modo, o ensaio “Sistema, norma e fala” e o compilado de aulas ministradas por Eugenio Coseriu intitulado *Competencia lingüística y criterios de corrección* são de suma importância neste processo.

Para avançar na discussão acerca da perspectiva coseriana sobre norma, cabe esclarecer a diferenciação entre sistema e norma proposta pelo autor, algo que se entende como fundamental para a compreensão adequada dos fatos linguísticos. Para Marra e Arruda (2022, p. 171), norma “foi definida como fatos criados a partir das possibilidades funcionais do sistema e que são repetidos pelos falantes que os compartilham.” Por certo, é a norma que regula as formas aceitas e adotadas por uma comunidade linguística, mesmo quando tais formas não se justificam diretamente pelo sistema funcional, pois ela se estabelece no que é considerado normal para os falantes. No entanto, cabe destacar que, conforme os escritos coserianos, as variantes que parecem opcionais do ponto de vista do sistema, como determinadas pronúncias ou construções, são, na verdade, fixadas pela norma, que “se impõe ao indivíduo, limitando sua liberdade expressiva e comprimindo as possibilidades oferecidas pelo sistema dentro do marco fixado pelas realizações tradicionais [...]” (Coseriu, 1987, p. 74). Mesmo assim, cabe refletir que Coseriu acrescenta um ponto importante, ou seja, que mesmo a norma sendo, na verdade, “um sistema de realizações obrigadas”, suas imposições são de ordem “sociais e culturais”, variando “segundo a comunidade” (Coseriu, 1987, p. 74). Norma e sistema são, portanto, formas historicamente constituídas do falar, apreendidas cientificamente, mas

fundamentadas ontologicamente na própria linguagem como atividade humana criadora de sentido.

A partir dessa abordagem, coloca-se luz para a existência de várias normas com base nos escritos coserianos. O autor explica que, na transição entre normas linguísticas, ocorre um período de instabilidade ou incerteza, especialmente ao tentar aplicá-la extensivamente em um idioma. Isso se deve à coexistência de várias "normas parciais", sejam elas sociais, regionais ou situacionais, pois a norma é sempre menos abrangente que o sistema. (Coseriu, 1987). Assim, é possível conceber uma norma efetiva, não com uma valoração subjetiva: o normal para determinada comunidade linguística. "Ao comprovar a norma a que nos referimos, comprova-se como se diz e não se indica como se deve dizer: os conceitos que, com respeito a ela, se opõem são normal e anormal, e não correto e incorreto." (Coseriu, 1987, p. 69).

Para que estes conceitos possam ser compreendidos nas pesquisas linguísticas, é preciso um olhar acurado para a história da língua, além dos processos de mudança, e uma postura por parte dos linguistas envolvidos com o estudo da norma e dos processos de standardização. Isso porque há espaço na linguística para o estudo da "norma, o aspecto que no falar é tradição social e cultural, e então é história da cultura" (Coseriu, 1987, p. 79). Estudar a variação e a mudança requer esclarecer em seus princípios o que se entende por norma, antes de colocá-la no limbo intocável de uma posição elitista, simplificando e esvaziando as possibilidades de pesquisa. Ou seja, "na realidade, a norma é variável, segundo os limites e a índole da comunidade considerada." (Coseriu, 1987, p. 73).

Diante da perspectiva de uma norma que se mostra variável, a Sociolinguística apresenta um caminho teórico aplicável para a pesquisa de textos de outros tempos, possibilidade esta que permite recorrer a outras fontes e modelos diferenciados na prática da pesquisa ao estabelecer os quadros de mudança com mais segurança. Neste sentido, a proposta de Conde Silvestre a respeito do estudo do standard no capítulo 5 do seu importante estudo *Sociolingüística Histórica*, publicado em 2007, apresenta uma contribuição importante na discussão até aqui empreendida. Isso porque, ao considerar os usos sociais da língua, em uma perspectiva historicamente constituída, compreende-se que

los conflictos entre variabilidad y uniformidad, heteroglosia y homogeneidad, o entre distintas fuerzas externas que conducen hacia un u otro extremo de este continuo, son una constante en la historia de las lenguas occidentales y que detrás de la dimensión ideológica hay siempre comportamientos lingüísticos y sociales de individuos y comunidades de hablantes, a los que es posible atender desde la perspectiva sociolingüística histórica (Conde Silvestre, 2007, p. 314).

Ou seja, percebe-se a possibilidade de os indivíduos modificarem seus comportamentos linguísticos para se adaptarem, de algum modo, ao que creem ser o grupo de prestígio (Conde Silvestre, 2007, p. 324). Algo que também pode ser considerado quando há adoção de determinados aspectos de fala, ou de percepção de fala, para tornar o texto característico de determinado grupo, seja por desejo de representação ou como forma de tornar determinada representação um modo de exposição vexatória e/ou não recomendada, reconhecida como um modo de uso linguístico próprio de um grupo marginalizado, uma vez que seus usos linguísticos diferem da norma estabelecida.

Ao realizar um movimento analítico em “maus dados” (Labov, 1994, p. 11), quando estes não explicitam de forma clara as características dos falantes, é preciso se valer de perguntas que ainda não foram feitas aos materiais disponíveis, uma vez que elas podem revelar outras configurações linguísticas e sociais até então pouco abordadas pelos estudos da história da língua. A formulação de perguntas para obter informações que não se encontram explícitas nos documentos estudados é um dos modos de proceder de historiadores voltados à compreensão de como a cultura interfere e emerge dos documentos históricos (Burke, 2008).

Neste sentido, o entrelaçamento dos estudos linguísticos em documentos do passado e as interpretações concernentes à História Cultural mostram-se importantes na construção deste movimento de análise que leva em conta a existência de mais de uma norma, para além do que se contempla como exemplar. A proposta de Mattos e Silva (2004) mostra-se relevante ao levar em consideração determinadas identificações a serem feitas nos materiais, tais como “quando, onde, para quem, quem” (Mattos e Silva, 2004, p. 120). Compreende-se, portanto, que o trabalho com dados do passado não é fácil, seja porque os materiais foram coletados conforme as circunstâncias de pesquisa permitiram, ou porque são

documentos fragmentados pelo modo como foram mantidos ao longo do tempo.

Os dados apresentados na reflexão aqui proposta estão disponíveis em textos jornalísticos do século XIX que, apesar de uma quantidade admirável desses materiais, ainda têm sido pouco explorados pelos estudos dedicados à compreensão da história da língua portuguesa e das normas que circulavam em textos produzidos por indivíduos externos às redações dos jornais. Se, por um lado, os editores e principais colaboradores costumavam ser pessoas envolvidas nos círculos mais altos da cultura desterrense, como professores, políticos e juristas, colunas como “A Pedidos” davam voz ao cidadão comum, mostrando-se um espaço aberto a expressões menos monitoradas ou editadas. Assim, esses espaços podem ser vistos pelo pesquisador como oportunidades para acessar variedades linguísticas diferentes das praticadas em colunas cujo rigor estilístico era mais apurado, como as colunas de notícias da Corte, comunicados oficiais e o noticiário da região.

Diante dos dados disponíveis, é possível perceber movimentos de tensão compreendidos na lógica de táticas e estratégias, conforme aponta Certeau (2012). Uma vez que há espaços nos periódicos ocupados unicamente por vozes mais ligadas aos círculos de poder, independentemente se realizam função noticiosa, crítica, de situação ou oposição, também existem espaços destinados a vozes dissonantes, as quais expõem formas linguísticas que diferem da norma considerada padrão e demonstram, portanto, as relações sociais de poder. Nas palavras de Michel de Certeau (2012, p.95),

[...] a tática é a arte do fraco. [...], a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como 'último recurso': 'Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia'. [...] a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder.

Desse modo, as formas em análise apresentam a expressão do fraco e revelam a realidade de normas em coexistência que, para serem localizadas e estudadas, exigem do pesquisador uma disposição para fazer bom uso dos dados disponíveis.

3 A HISTÓRIA CULTURAL E OS JORNAIS

Para fins de organização das relações aqui expostas, o presente artigo está estruturado em três eixos, com base nas reflexões propostas por autores importantes do campo de estudos da História Cultural: Roger Chartier e Michel de Certeau. Suas abordagens historiográficas podem contribuir para a análise dos materiais selecionados, publicados em periódicos catarinenses no final do século XIX. Os textos analisados neste artigo encontram-se publicados na seção “A Pedidos” dos jornais *O Constitucional* e *Matraca*, destinada à publicação de textos produzidos por leitores dos periódicos. O interessado em publicar se dirigia à tipografia e, através do pagamento pelo espaço a ser utilizado no periódico, tinha seu texto publicado tal como registrado e encaminhado ao editor, normalmente sem que este fizesse alterações ou correções de qualquer tipo. Neste sentido, há uma diversidade digna de estudo dos muitos sujeitos que solicitavam essas publicações, que variavam de anúncios do falecimento de um ente querido até a insatisfação com as condições sanitárias de determinada localidade.

O periódico *O Constitucional*, cujo texto analisado neste estudo data de 01 de julho de 1870, possuía uma ligação com o grupo político conservador da cidade, trazia a explicação de ser um “Jornal Político, Litterario, Industrial e Noticioso”, sendo seu diretor e editor Francisco de Paulicéa Marques de Carvalho (1826-1891). Sua atuação era tamanha nas atividades da província, que se tornou o primeiro diretor da Biblioteca Pública, cuja fundação é de 1854. (Memória Política de Santa Catarina, 2022)

Já o segundo jornal, *Matraca*, denominava-se “Periodico Critico”. Seu lançamento se deu em 1881. O responsável pela sua produção era Alexandre Francisco de Oliveiras Margarida (1838-1916). “Grande parte de suas publicações estavam envolvidas com causas sociais e políticas” propagando “ideias republicanas”, participou, “na década de 1870, [...] a favor da abolição.” (Didoné, 2013, p. 179). O periódico encerrou suas atividades em 1888 (Machado, 2020, p. 46).

O século XIX permitiu uma profusão de periódicos, em sua maioria de duração efêmera, uma vez que títulos mais duradouros recebiam incentivos diretos de grupos políticos da cidade, como é o caso do jornal *O Constitucional*. Por outro lado, as assinaturas mensais, anuais ou compras

avulsas dos periódicos permitiam a diversidade de títulos. No que concerne ao conteúdo dos periódicos, é possível dizer que, além de notícias da Corte e notícias internacionais, também relatavam os acontecimentos da cidade, suas particularidades comerciais e o transporte marítimo, permitindo uma circulação de ideias pouco abordada na historiografia, muitas vezes focada nas movimentações políticas e em aspectos de crescimento econômico e geográfico.

Uma das principais referências nos estudos dos jornais catarinenses, Joana Maria Pedro, ressalta que

além destes periódicos que reforçavam a construção de identidade de pequenos grupos fora dos tradicionais partidos políticos, outros movimentos, a nível nacional, proporcionaram também, o aparecimento de periódicos. As campanhas pela abolição dos escravos e pela proclamação da República levaram, em Desterro, à formação de clubes e à fundação de jornais. Estes apareceram, principalmente, nos anos de 1884-1885, época de eleições e de mudança de ministério na Corte. [...] Estes anos iniciaram, também um período de grande fertilidade da imprensa de Desterro, fertilidade esta que se estendeu até 1889. (Pedro, 1995, p. 77).

Ou seja, há toda uma configuração de circulação de discursos que pode ser analisada a partir das publicações de periódicos com diferentes finalidades. O discurso pode ser compreendido como pluralidade de vozes (Bakhtin, 2010) que corrobora a ideia de que os textos publicados nos periódicos não eram neutros, pois representavam uma resposta a um discurso anterior.

A fim de estabelecer as devidas relações dos públicos destes dois jornais e suas produções, torna-se pertinente a adoção das perspectivas sobre as práticas de leitura, escrita e circulação dos periódicos e sua constituição como uma esfera pública para os discursos responsáveis pela formação e divulgação da(s) cultura(s) da época. Desse modo, pretende-se abordar o fato de as publicações em análise registrarem formas linguísticas diferentes do padrão do português adotado na época e, assim, incluírem a população negra alfabetizada, ou mesmo aqueles que participavam da leitura coletiva (muito comum no século XIX). Este grupo podia receber e, por sua vez, resignificar discursos impressos em uma prática social viva. Segundo Darnton (2010, p.195), “toda narrativa pressupõe um leitor, e toda leitura começa a partir de um cerimonial inscrito dentro do texto”.

Diante de uma necessidade crescente de conhecer melhor a história do Brasil, suas características linguísticas e aspectos de uma configuração pouco abordada, importa analisar os textos “Moleque” e “Zegradecimento” como discursos cujas formas de representação permitem alguns questionamentos, como: em que medida a publicação destes textos pode ser concebida como uma forma de controle ou mesmo caricatura? E, ainda, em que medida tais publicações, em seções específicas como as que se davam em “A Pedidos”, representa uma fissura ao demonstrar o uso de uma norma diferente daquela estabelecida por uma certa elite letrada e que ditava o que se concebia como correto para o uso da língua em sua modalidade escrita?

Torna-se importante compreender que o processo de formação da Província de Santa Catarina comporta a presença de grupos diferentes entre si. Do mesmo modo, concebe-se a convivência, nem sempre harmônica, de diversos grupos que compõem a pequena Nossa Senhora do Desterro do século XIX, formando um amálgama social com uma identidade geral pouco definida, uma vez que a formação de determinada identidade social não ocorre de forma natural, mas se estabelece por uma “relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma” (Chartier, 1991, p. 183). Isso não quer dizer que não havia resistência, apenas que, por vezes, não é possível identificá-la de modo claro e direto.

Assim, parece acertado tomar as concepções de táticas e estratégias do historiador francês Michel de Certeau, cujas elaborações teóricas tornam possível entender a posição de unidade linguística, neste caso, como estratégias. A ideia de unidade e a tentativa de um estabelecimento da não existência de outras possibilidades linguísticas demonstra o quanto a postura dominante “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.” (Certeau, 2012, p. 45).

Adotando essa compreensão, percebe-se como Certeau vai construindo sua elaboração a partir de uma relação entre a presença de poder e sua ausência. Isso significa que, ao lado da presença de poder, estabelecida pelas estratégias, existe um movimento composto por grupos

cuja característica incontestável é a ausência de poder. Este movimento pode ser entendido como tática.

Usar a noção de "táticas" para analisar como a linguagem distinta da considerada padrão foi inserida no espaço hegemônico do jornal demonstra uma ruptura com determinadas orientações estabelecidas nas estratégias do poder não apenas social, mas linguístico, uma vez que determinadas diferenças são exploradas de "acuerdo con la finalidad de los discursos, con los tipos de factores del discurso, es decir, con quién se habla, de que se habla, en qué situación se habla." (Coseriu, [1987] 2019, p. 102). Assim, um campo profícuo de análises e pesquisas linguísticas mostra-se relevante com a adoção de textos jornalísticos publicados em pleno século XIX. Observa-se que, com base nas publicações feitas em jornais, é possível ao linguista acesso ao registro de expressões inspiradas na fala de grupos cuja voz tem sido por muito tempo marginalizada. O uso de recursos da oralidade e do que era considerado desvio linguístico em publicações jornalísticas dá a entender, no âmbito sociológico, um certo posicionamento de resistência cultural.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os textos em análise foram encontrados durante a coleta de dados para uma pesquisa de mestrado utilizando como fontes jornais publicados no século XIX em Nossa Senhora do Desterro, com o objetivo de localizar discursos acerca da língua nacional e do papel dos redatores na formação da mentalidade dos moradores no que concerne à adoção de uma norma.

O processo de coleta se deu inicialmente em materiais físicos e, posteriormente, pelo acesso a materiais em meio digital, com a disponibilização de jornais na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Embora o foco da pesquisa realizada durante o mestrado não contemplasse as formas linguísticas registradas nos textos jornalísticos, observou-se, mais especificamente na seção "A Pedidos" dos periódicos, a existência de textos que demonstravam uma produção formal e discursiva diferente dos localizados na maioria das publicações veiculadas pela seção mencionada. Diante de tais materiais procedeu-se uma coleta paralela, trazendo questionamentos sobre aqueles textos, escritos com formas próprias dos

africados e afrodescendentes, conforme exemplos presentes nas figuras 1 e 2 deste artigo.

Durante os estudos voltados à pesquisa realizada no âmbito do doutorado, os dados coletados por volta de 2012-2013 retomaram sua importância. As leituras realizadas permitem propor uma abordagem interdisciplinar que envolve os estudos da Sociolinguística Histórica, a História Cultural e a perspectiva coseriana acerca da norma.

Diante dos textos “Zegradecimento” e “Moleque”, adotou-se o procedimento de comparação com outros textos produzidos e publicados na seção “A Pedidos” dos jornais *O Constitucional* e *O Moleque*, cujas propostas editoriais apresentam um contraponto interessante, visto seus conteúdos se voltarem a públicos opostos. O primeiro jornal apresenta textos voltados a questões políticas e informativas, e o segundo publicava um conteúdo envolto em ironia, com textos de críticas a figuras públicas pelo viés do humor e da sátira.

Neste sentido, o procedimento de análise não mobilizou categorias específicas, mas um procedimento comparativo de textos do período e sua vinculação com o período histórico, bem como a presença de formas consideradas de pouco prestígio presentes em documentos escritos cujo rigor normativo faz parte do procedimento dos redatores e de uma sociedade preocupada com um certo purismo linguístico (Pagotto, 1998).

A presença destes textos em ambiente digital facilitou a localização das ocorrências, já que o campo de busca pode ser adotado para encontrar as formas em análise, além de ser possível filtrar os resultados por estado, década e nome do periódico. A partir da escolha da forma “sinhô” (ou “senhô”), foi possível perceber outras formas características de uma comunidade linguística que não correspondiam à maioria das publicações presentes nos jornais de Desterro. Diante dos dados coletados, procedeu-se à reflexão de uma interconexão entre campos de estudo com o objetivo de propor, pela discussão da presença de formas estigmatizadas em jornais catarinenses, a existência de normas divergentes do padrão do século XIX, padrão vinculado, ainda, a propostas normativas homogeneizantes.

5 ANÁLISE DOS TEXTOS “ZEGRADECIMENTO” E “MOLEQUE”

O texto impresso na seção “A pedidos”, com o título “Zegradecimento”, possui uma estrutura diferente de outros textos publicados pelo jornal *O Constitucional*. O próprio título já apresenta uma grafia incomum, sendo esta forma a única ocorrência em todas as edições do jornal mencionado, bem como quando se busca nos outros periódicos publicados em Desterro neste período. Isso porque os demais registros contêm a grafia “Agradecimento”, dando conta da produção de um texto diverso do esperado em uma disputa de formas, ao mesmo tempo que demonstra o compromisso do editor de publicar o texto na seção “A pedidos” conforme recebido, sem realizar nenhuma alteração. O título, grafado como consta na Figura 1, dá a entender que o texto foi produzido por alguém que não utilizava uma norma padrão da língua portuguesa, mas uma variedade de menor prestígio ou mesmo considerada inferior. A esse respeito, cabe elucidar que

Há uma diferenciação valorativa que hierarquiza as variedades. Por razões históricas, os grupos sociais vão atribuindo diferentes valores às diferentes variedades. Assim, algumas variedades recebem avaliação social positiva, enquanto outras são desprestigiadas e até estigmatizadas. O importante é entender que tais valorações não são “naturais”, não são puramente linguísticas, mas resultam do modo como se constituem historicamente as relações entre os grupos sociais. (Faraco, 2008, p. 72)

Outra questão importante nesta discussão é o fato de o texto ter sido escrito por outra pessoa, conforme explícito no teor do agradecimento publicado, uma vez que este foi ditado pelo interessado para alguém chamado “Narbá”, que sabia, segundo mencionado, escrever. A mensagem é um agradecimento a algumas pessoas por lhe terem chamado de “Gunzidadan” (concidadão) e “Patrizio” (patrício), fato que foi considerado pelo autor do texto um gesto respeitoso a ponto de gerar a necessidade de uma manifestação pública em um periódico importante. Neste sentido, observa-se que o texto pode ter sido escrito da maneira como está ou porque o escriba grafou conforme ouviu a mensagem, ou porque quem escreve não dominava a norma padrão adotada pelos periódicos e, portanto, sua escrita demonstra clara distinção em relação a outros textos produzidos e publicados no mesmo jornal.

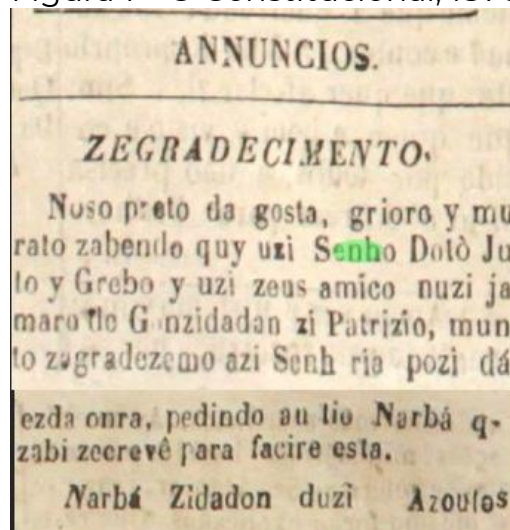
Qualquer uma das possibilidades acerca de quem escreve e de quem narra a mensagem grafada como está revela a heterogeneidade normativa de acordo com os diferentes grupos linguísticos presentes em Desterro. Consta aqui a demonstração de como a própria fala de uma parcela da população era registrada, o uso linguístico de africanos e afrodescendentes.

Segundo Álvarez López, é relativamente comum

a presença da partícula z'/zi/ji em variedades linguísticas vernáculas de comunidades afrodescendentes tanto na África como no Brasil. A partícula aparece em descrições linguísticas e em representações escritas e orais da fala de negros e escravos a partir do século XIX. Portanto, tudo indica que, em algum momento, foi um traço característico da linguagem de falantes de certas línguas do grupo Bantu que aprendiam português de maneira espontânea. (2013, p. 19)

A presença desse elemento fica evidente na Figura 1:

Figura 1 – O Constitucional, 1870



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A respeito do que se presume ser a escrita de um ouvinte da mensagem, pois é explicitado que o “tio Narbá” sabe escrever, cabe mencionar a existência de um outro texto publicado pelo jornal *O Constitucional*, edição nº 22 de 1867, assinado por Bisnaga (Madruga, 2014). Este texto expõe não apenas o uso da partícula “zi”, a qual pode funcionar como marcador de classe nominal, como artigo ou até como elemento de caracterização da oralidade de um interlocutor cuja conversa foi ouvida pelo Bisnaga, mas também expressões como “renegar” e “zangar”, opondo-se

às formas esperadas para a época “renegarão” e “zangarão”. A publicação de 1867 reforça a hipótese de o texto “Zegradecimento” ter sido grafado conforme ouvido, ou compreendido, por quem escreveu, dando conta do registro e da marcação do grupo social ao qual pertencia o narrador da mensagem.

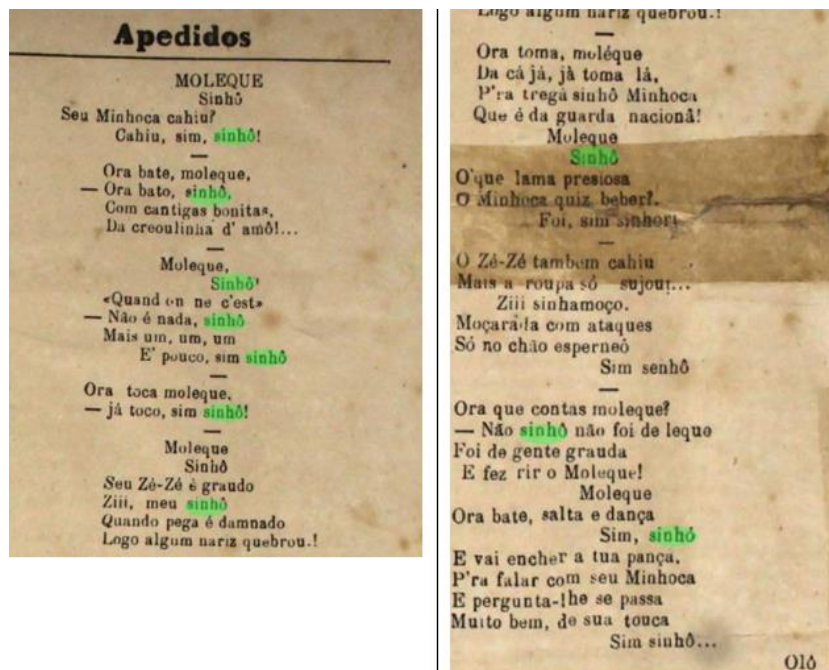
Como já mencionado, o texto consta na seção “A Pedidos”. Esta seção era um “local para a participação dos leitores, que podiam publicar artigos ou comunicados do seu interesse” (Souto; Silva, 2012, p. 4). A linguagem utilizada pode ser compreendida como um objeto híbrido, pois, ao mesmo tempo que registra a voz dos afrodescendentes, também aponta para a existência de um registro que pode ter sido produzido simplesmente simulando a fala ouvida, revelando a presença de, pelo menos, duas vozes na projeção discursiva. Importa também a postura do editor do jornal, ao permitir que o texto fosse publicado em um periódico ligado ao Partido Conservador. O conteúdo da publicação demonstra um agradecimento a alguém, dando indícios do motivo pelo qual é possível encontrar este registro no jornal. Por outro lado, não há como descartar uma motivação puramente financeira do editor, ou se este manifestava ainda uma vontade de deixar registrada uma fala peculiar, explicitando um texto vinculado a uma comunidade linguística específica e impondo por escrito essa subalternidade social. “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias.” (Le Goff, 2013, p.497).

Ao analisar o texto “Moleque”, publicado na seção “A Pedidos”, do jornal *Matraca*, é possível observar a existência de um diálogo social condensado em forma de versos, revelando determinadas relações de poder e a tensão social da época. A respeito do periódico, cabe destacar a sua circulação somente durante a década de 1880. Seu caráter humorístico e satírico permite ao leitor prever certas posturas políticas, tratando dos acontecimentos locais com uma crítica disfarçada de humor. Enquanto um periódico crítico (assim intitulado), apresenta, além dos textos veiculados, caricaturas de figuras políticas locais e do Império Brasileiro.

Diante das atividades presentes no periódico de forma geral, pode-se dizer que a intenção da publicação do poema “Moleque” (Figura 2),

assinado por Olô, é mais do que um simples texto, é um registro da presença de relações de subalternidade do moleque que dá título ao poema com relação ao “sinhô”, não só considerando uma subalternidade linguística, mas também social e etária. É possível perceber o uso da já referenciada partícula “zi”, aqui escrita “Ziii”, caracterizando a fala de afrodescendentes e, além disso, a presença de Senhor escrito como “sinhô”, mostrando a apropriação do escritor dos versos de um uso oral da língua portuguesa contrapondo-se a um uso não padrão.

Figura 2 – Matraca, 1885



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Percebe-se que o autor dos versos detinha domínio de um conhecimento considerado padrão da língua portuguesa, uma vez que intercala usos considerados de menor prestígio, quando a fala expressa é do moleque, com expressões como “amô”, “sinhô”, “nacioná”, “esperneó” para caracterizar a oralidade de um rapaz de provável origem afrodescendente, e volta ao uso erudito quando a fala é do senhor, usando registros como “damnado”, “quebrou”, “encher”.

É de suma importância, para estudiosos da história da língua, que se preocupam com as suas significações, compreender a construção de textos e sentidos em conformidade com o contexto sociocultural em que foram produzidos, bem como levar em consideração a intencionalidade com que

cada registro é realizado e, além disso, a forma com que é registrado. Em periódicos, é possível observar toda uma miríade de significados e representações (Chartier, 1991), e isso permite, ao pesquisador, analisar esses textos de diferentes maneiras. Também é essencial compreender os periódicos enquanto produção textual seriada, com edições anteriores e posteriores, cujo conjunto também espelha o arcabouço de práticas e valores dos grupos sociais que os produziram ou que deles faziam uso. Periódicos de circulação frequente, orientados à população geral, costumavam conter elementos e práticas de linguagem que ressoavam em camadas mais amplas da população, bem como momentos de humor, crítica e até utilidades práticas diárias, classificados e anúncios.

A partir da perspectiva de Le Goff (2013, p. 495), estabelecendo que o documento “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”, percebe-se que periódicos de orientação política, ou os que eram produções de sociedades literárias, muitas vezes renunciavam a uma comunicação mais coloquial de maneira que o próprio acesso a modalidades mais formais de linguagem fosse um diferencial do público-alvo. A língua, em sua manifestação erudita, promovia a redução do acesso de leitores menos instruídos. Por outro lado, o uso de recursos linguísticos mais populares, que faziam parte de uma variedade adotada por uma camada da população com pouco acesso à educação, esta ministrada a um grupo economicamente dominante, apresenta um sentido diferente, sentido este dado, intencionalmente, pelo editor do periódico ao escolher veicular formas relacionadas ao público afrodescendente. Desse modo, a “[...] releitura, revisão constante dos documentos, e o encontro de novas relações entre fatos diversos e pensamentos aparentemente isolados, possibilitam sim, novas e interessantes interpretações” (Corrêa, 1997, p. 17-18).

É importante, portanto, compreender os jornais catarinenses do século XIX como locais de disputa, representação e memória de grupos marginalizados em Desterro. Este resultado só é possível quando se discute o jornal como um “documento” transformado em “monumento” pela lente da História Cultural. A ideia de que jornais seriam apenas meios de comunicação da elite, sujeitos a regras, normas e valores cultivados por esses mesmos grupos é uma falácia quando se considera que a “imprensa

periódica produzida no Brasil [...] pode ser considerada um palpável agente histórico, com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular.” (Morel, 2023, s/p). Neste sentido, o “jornalismo é história em sincronia, história sincrônica, e, portanto, história necessariamente parcial e provisória” (Coseriu, 2010, p.123).

Adotar a perspectiva da História Cultural e a abordagem de documento/monumento, bem como suas relações com os modos de fazer e a perspectiva da Sociolinguística Histórica que resgata a sincronia de tempos passados, permite ao pesquisador ir além do que se considera como discurso prescrito. Os textos aqui trabalhados ilustram discursos pouco abordados nas pesquisas acerca de documentos históricos, como os jornalísticos, uma vez que extrapolam a esfera política e expõem vozes não hegemônicas.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como resultado da reflexão aqui proposta, constata-se que a análise de textos jornalísticos do século XIX, abordados conforme conceitos da Sociolinguística Histórica numa relação interdisciplinar com a História Cultural, permite não apenas desenvolver os estudos da língua e das normas existentes como também possibilita a recuperação da memória coletiva de outros grupos, geralmente silenciados em pesquisas relacionadas a uma linha de história mais tradicional e aos estudos linguísticos concernentes a materiais historicamente situados.

Em busca de novos materiais, caminhos de pesquisa e objetos de investigação, Darnton (2010, p.219) esclarece que os pesquisadores “vêm mostrando a tendência de deixar de lado o estudo histórico dos grandes livros, preferindo explorar as dimensões linguísticas do sentido e a significação estrutural dos textos”. Assim, os estudos em Sociolinguística Histórica podem adotar caminho semelhante, abordando materiais como os jornais, fontes cuja produção enquadra-se em uma realidade específica de produção histórica e cultural que não pode ser considerada de forma isolada e independente. Além disso, estes “maus dados” podem oferecer aos estudos sobre norma um caminho diverso do apresentado em pesquisas voltadas a documentos educacionais/institucionais. A língua, em seus usos múltiplos, pode ser analisada em um material cujas ligações sociais se

estabelecem por laços específicos. Para Mattos e Silva (1996), a superação da “normativização” prescritiva tradicional e idealizada depende da aplicação prática dos avanços da ciência da linguagem, processo possível a partir de uma formulação cientificamente adequada do problema. “O caminho está aberto. Resta avançar por ele.” (Mattos e Silva, 1996, p. 30).

Registros linguísticos observados como "Zegradecimento" e "sinhô" apresentam um rastro indelével da memória e da presença de africanos e afrodescendentes na história de Santa Catarina. Conforme aponta Le Goff (2013), registros de variações linguísticas consideradas erradas são marcas de estruturas mentais de classe, raça e poder que mudam lentamente, manifestando-se na linguagem popular espelhando a lógica da dominação e resistência de grupos não ou pouco letrados. Representam, portanto, a “norma de cada modo de falar: cada dialeto, cada nível de língua e cada estilo tem sua própria correção, e o incorreto é o que não corresponde ao modo que se pretende realizar no discurso.” (Coseriu, 2010, p.140).

Ainda assim, não é possível considerar de forma inocente que essas colunas sirvam como janelas cristalinas para a realidade do passado, mas (e talvez, principalmente) tentativas de grupos de elite de impor uma imagem de subalternidade desse grupo para leitores futuros. Se em seções direcionadas a conteúdos noticiosos é possível reconstituir fatos e delimitar datas, em outras, publicadas na seção “A Pedidos”, é possível adentrar no reino da reconstituição de uma memória social, compreendendo com mais nuances as relações sociais, os preconceitos engendrados na sociedade e, por fim, ter evidências diretas das vozes tradicionalmente invisibilizadas na história catarinense.

Diante do exposto, observa-se, no exercício de reflexão teórica com base nos campos da Sociolinguística e da História Cultural, uma efetiva possibilidade de enlace das propostas que tratam dados de sincronias passadas, uma vez que os processos de intencionalidade, análise do comportamento e da mentalidade do tempo ao qual pertencem os materiais em estudo permitem maior clareza de como os dados foram produzidos e os motivos de sua veiculação, bem como de sua permanência em registros históricos. É assim que os textos “Zegradecimento” e “Moleque”, ao serem publicados conforme estão, demonstram possibilidades de compreensão da norma heterogênea de que trata Coseriu,

expondo táticas e estratégias empreendidas na imprensa catarinense, revelando as relações sociais presentes na sociedade desterrense do século XIX.

Agradecimentos:

O presente artigo foi realizado com o apoio da FUMDES (Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior) – Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ LÓPEZ, L. 'SARAVÁ ZIFIU!': A integração do prefixo 'ZI' em Afro-variedades do português. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 55, n. 2, p. 7–23, 2013. DOI: 10.20396/cel.v55i2.8637288. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637288>. Acesso em: 16 nov. 2025.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Revista de Estudos Avançados**. v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 nov. 2025.

CONDE SILVESTRE, J. C. **Sociolinguística histórica**. Madri: Editorial Gredos, 2007.

CORRÊA, C. H. P. **História da cultura catarinense**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC; Diário Catarinense, 1997.

COSERIU, E. **Competencia lingüística y criterios de corrección**. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla (Colección Lingüística, n.º 55), 2019.

COSERIU, E. **Sistema, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1987.

COSERIU, E. Sobre o ensino do idioma nacional: problemas, propostas e perspectivas. **Revista Confluência**. n.23, 2002.

COSERIU, E; Lamas, O.L. **Linguagem e discurso**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

DARNTON, R. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIDONÉ, F. M. CARICATURA NA DESTERRO DO SÉCULO XIX. O Periódico Crítico Matraca. **Palíndromo**, Florianópolis, v. 5, n. 9, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/3924>. Acesso em: 05 nov. 2025.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. V.1. Malden: Blackwell Publishers Inc., 1994.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MACHADO, A. **A Imprensa catarinense no Século XIX**: catálogo descritivo e Ilustrado do acervo de jornais raros da Biblioteca Pública de Santa Catarina - Hemeroteca Digital Catarinense. Florianópolis: FCC Edições, 2020. http://hemeroteca.ciasec.sc.gov.br/A_Imprensa_Catarinense_ebook.pdf. Acesso em 10 out. 2025.

MADRUGA, S. C. G. **Língua nacional em Desterro – província de Santa Catarina (1870-1889)**: contribuições para a História da Educação em discursos jornalísticos. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, J. Z. **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

MARRA, D. Os níveis da linguagem: a teoria linguística de Eugenio Coseriu. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 67, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/16674>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MARRA, D.; ARRUDA, J. P. de O. Os fatos gramaticais da norma conforme a teoria linguística de Eugenio Coseriu. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, v.9, n.25, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/182>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MATRACA. Periodico critico. Desterro, Ano 5, n.24, 25 de abril de 1885.

MATTOS E SILVA, **Caminhos da Sociolinguística Histórica** – “ouvir o inaudível”. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, **Ensaaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: CARDOSO, S. A. M. (Org.). **Diversidade linguística e ensino**. Salvador: EDUFBA, 1996.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Francisco de Paulicéia Marques de Carvalho**. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/954-Francisco_de_Pauliceia_Marques_de_Carvalho. Acesso em: 07 nov. 2025.

MOREL, M. Imprensa Periódica no Século XIX. **Rede Memória**. 2023. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/>. Acesso em: 18 out. 2025.

O CONSTITUCIONAL. Jornal Politico, Litterario, Industrial e Noticioso. Desterro, Ano 1, 01 de julho de 1870.

PAGOTTO, E. G. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. **Revista Letra**, Rio de Janeiro, v.1, 2013.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. In: GUIMARÃES, E. ORLANDI, E. P. **Línguas e instrumentos linguísticos**. São Paulo: Pontes, 1998.

PAGOTTO, E. G. Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. In: CALLOU, D. BARBOSA, A. **A norma brasileira em construção**: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899). Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2011.

PEDRO, J. M. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro, 1831 – 1889. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

PINHEIRO, C. L. Eugenio Coseriu e a linguística do texto no Brasil. **Organon**, Porto Alegre, v. 33, n. 64, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/81047>. Acesso em: 24 abr. 2024.

ROMAINE, S. **Socio-historical linguistics**: Its status and methodology. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SOUTO, B. F.; SILVA, R. A. L. da. Representações e combates discursivos: práticas da imprensa nas décadas finais do século XIX. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/1886>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MADRUGA, Suzane Cardoso Gonçalves.
Relações entre sociolinguística e
história cultural: norma heterogênea e
representação social na imprensa
oitocentista catarinense. **Entrepalavras**,
Fortaleza, v. 16, e97208, 2026. DOI:
10.36517/ep16.97208